

**Feminismo e teledramaturgia:
agenda feminista em produções brasileiras**

*Feminism and teledramaturgy:
feminist agenda in Brazilian productions*

Andréa Corneli ORTIS¹
Mariana Nogueira HENRIQUES²
Flavi Ferreira LISBOA FILHO³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar, por meio de um cotejamento entre Brundson (1997), Pinto (2003) e Almeida (2012), como se deu a construção das pautas feministas, ao longo do tempo, na teledramaturgia brasileira através das novelas “Sua vida me pertence” (1951), “Malu Mulher” (1979), “Tieta” (1989), “Mulheres Apaixonadas” (2001), “Verdades Secretas” (2015) e da série “Mulher” (1998). Com o auxílio de uma pesquisa bibliográfica, observamos, primeiramente, uma forte relação entre as temáticas feministas e os produtos audiovisuais, no entanto, essa relação se dá através de “temáticas sociais”, que tiram o “rótulo” feminista das pautas.

Palavras-chave: Feminismo. Teledramaturgia. Pesquisa bibliográfica.

Abstract

The present study aims to investigate, through a comparison between Brundson (1997), Pinto (2003) and Almeida (2012), how the construction of feminist agendas took place, over time, in Brazilian teledramaturgy through the soap operas “Sua vida me pertence” (1951), “Malu Mulher” (1979), “Tieta” (1989), “Mulheres Apaixonadas” (2001), “Verdades Secretas” (2015) and the tv show “Mulher” (1998). With the help of a bibliographic search, we observed, first, a strong relationship between feminist themes and audiovisual products, however, this relationship occurs through “social themes”, which remove the feminist “label” from the guidelines.

Keywords: Feminism. Teledramaturgy. Bibliographic search.

¹ Doutoranda em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ortis.andrea@gmail.com

² Doutora em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Email: mari.nhenriques@gmail.com

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: flavi@ufsm.br

Introdução

A proliferação e desenvolvimento dos meios de comunicação, a partir do século XX, fez com que as distintas constituições e representações de identidade se tornassem mais fortes. Por meio de um cotejamento entre Brundson (1997), Pinto (2003) e Almeida (2012), pesquisadoras que focam na temática das telenovelas e feminismo, observamos que era comum ver donas de casa, mães, empregadas domésticas e suas histórias comumente eram relacionadas a uma figura masculina, ligado ou a um par romântico.

Devido a isso, o presente estudo busca investigar, através de pesquisa bibliográfica, como se deu a construção das pautas feministas ao longo do tempo na televisão brasileira através das telenovelas “Sua vida me pertence” (1951), “Malu Mulher” (1979), “Tieta” (1989), “Mulheres Apaixonadas” (2001), “Verdades Secretas” (2015) e da série “Mulher” (1998).

Como principal resultado, observa-se, primeiramente, uma forte relação entre as temáticas feministas e os produtos audiovisuais, no entanto, essa relação se dá através de “temáticas sociais”, que tiram o “rótulo” feminista das pautas. Percebemos que temáticas que envolvem o gênero feminino são recorrentes ao longo da história da teledramaturgia brasileira, alterando apenas a forma como são abordadas e representadas, que será decorrente de sua construção social e histórica, aliada ao contexto atual em que se insere. Portanto, esses produtos constroem narrativas que estejam interligadas com a realidade de seus telespectadores e através dos personagens e suas histórias, conferindo uma identificação com o público assistente, que por meio desse processo, irá trazer a realidade da telenovela para dentro de suas vivências.

Feminismo e construção de sentidos sobre a mulher

Durante muito tempo, sexo foi considerado o mesmo que gênero e, as teorias feministas desconstruíram esse pensamento, afirmando que “aquela formulação patriarcal cumpriu a função de naturalizar assimetrias, estabelecendo uma prática social que serviu aos interesses do homem” (SANTOS, 2007, p.73). As distinções de gênero, nesse contexto, estariam ligadas ao que se convencionou chamar de *determinismo*

biológico, uma compreensão que se sustenta nas diferenças biológicas entre homens e mulheres para justificar que o fato de a mulher ser considerada inferior ao homem por ser o seu oposto, o *sexo frágil*. Simone de Beauvoir (1970, p.13), uma das precursoras nos estudos sobre o feminismo, sustentava, em contraposição a essa visão, que “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana”.

O determinismo biológico, que ampara as diferenças entre homens e mulheres apenas pelas características físicas e/ou sexuais, foi tido como natural durante muito tempo e foi legitimado, principalmente, por discursos científicos do século XIX, que tratavam sobre a inferioridade da mulher (CUNHA BUENO, 2010). Em contraposição a esse pensamento, começa-se a valorizar o conceito de gênero, que, para Joan Scott (1995, p.75), “se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”.

Com isso, a partir dos anos oitenta, o termo “gênero” começou a ser utilizado ao invés de “sexo”. Para Joana Maria Pedro (2005, p.2) “buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura”. Assim sendo, diferentemente de sexo – dado biológico que não é suficiente para determinar o comportamento distinto do feminino e do masculino – o conceito “é um produto construído no social, assimilado, figurado, instituído, transmitido de geração a geração” (SANTOS, 2007, p.73). Ou seja, é algo enraizado em cada cultura e, podemos perceber no fato de que desde pequenos somos “acostumados” a fazer distinções entre o feminino e o masculino – aparentes em delimitações como as de que roupas cor-de-rosa e bonecas são apenas para meninas, assim como a cor azul e os carrinhos são para meninos. A noção do conceito, portanto, é desenvolvida de forma a complexificar o debate sobre as diferenças entre homens e mulheres, retirando do biológico o primado para as explicações sobre as relações sociais.

Reivindicações feministas na televisão: o contexto feminista em produções brasileiras

Para compreender de que forma essas pautas se desenvolvem na televisão brasileira, é preciso, antes, compreender a história do movimento feminista no país.

Segundo Pinto (2003) e Costa (2005), a primeira fase do feminismo no Brasil aproxima-se muito do que estava acontecendo no cenário internacional, com busca por igualdade, direitos políticos e sociais. Esse primeiro momento do feminismo brasileiro esteve intimamente relacionado ao nome de personalidades, mulheres que rompiam com seus papéis estabelecidos na época e se colocavam no mundo público em defesa de novos direitos para as elas.

A televisão, recém surgida nos lares brasileiros e ainda restrita aos que pudessem pagar pelo aparelho, no entanto, ainda não acompanhava essas pautas e as primeiras representações femininas em programas televisivos, eram derivadas de um sistema fortemente patriarcal, em que as figuras femininas normalmente apareciam como donas de casa, mães, empregadas domésticas, suas histórias comumente eram relacionadas a uma figura masculina, ligado ou a um par romântico, como é o caso da primeira telenovela brasileira, “Sua vida me pertence”, exibida de novembro de 1951 até fevereiro de 1952 pela TV Tupi (Figura 1).

Figura 1: Cena da telenovela Sua Vida me Pertence



Fonte: Observatório da televisão

Já a segunda onda, considerada o *boom* do movimento feminista na Europa e Estados Unidos, a partir dos anos 1970, encontra, no Brasil, um período de ditadura militar e a apropriação das temáticas e a forma como o movimento se organizou no país tomou contornos diversos ao de outros locais, dando destaque para determinadas pautas enquanto outras ainda tinham pouca força. O movimento feminista no Brasil nesse período se organiza a partir de duas problemáticas principais: a primeira delas é que ser mulher, tanto no espaço público quanto privado, é complexo e, a partir disso, busca transformar as relações de gênero. O segundo ponto é que existem outros problemas que também devem ser enfrentados, como fome, miséria e desigualdade sociais, questões que não podem ficar de fora da luta feminista e que começam a despertar o pensamento

de que nem todas as mulheres são iguais e sofrem dos mesmos problemas na mesma intensidade – com destaque para as mulheres negras e periféricas.

Com base nisso, Pinto (2003, p.46) afirma que o movimento feminista no Brasil, nesse momento em que o lema do movimento mundial era “o pessoal é político”, “luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político”. Ou seja, o movimento defende a especificidade da condição da mulher, em uma sociedade em que ser dominado é comum a maioria da população. Soma-se a isto o fato de que há mulheres em vários meios sociais enfrentando problemas diferenciados. Para Brunson (1997, p.39), é central compreender as representações da vida das mulheres na mídia neste período, já que a opressão das mulheres inicia no próprio lar.

Midiaticamente, nos anos 1970, com o movimento *hippie* e a crescente luta dos movimentos feministas, novos assuntos entraram em pauta, como sexo, independência financeira e carreira. Isso se deve às transformações estruturais e sociais pelas quais a sociedade passa, trazendo novas pautas e abordagens favoráveis à discussão de temáticas contemporâneas, como violência contra a mulher, sexualidade, drogas, mercado de trabalho, entre outros. No entanto, a mulher e as pautas feministas somente passaram a ter destaque nas telenovelas e séries no final da década de 1970 com o seriado *Malu Mulher*, exibido entre 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980 na Rede Globo (Figura 2). Na trama, Malu se divorcia do marido, saindo de um relacionamento abusivo que viveu por 13 anos. A partir daí retrata a vida de uma mulher que precisa recomeçar, entrar no mercado de trabalho, e sustentar os filhos.

A série, conforme Cristiane Sá (2011), se tornou um grande marco na teledramaturgia brasileira ao abordar, em tempos de Ditadura Militar, temas como aborto, separação, pílula do dia seguinte e lesbianismo. A veiculação de uma série dessa estirpe, nos anos 1970, já mostra a necessidade de uma mudança na sociedade brasileira. Cabe observar também que a produção faz uma mistura daquilo que está sendo abordado no movimento feminista no cenário brasileiro com algumas pautas que são características e mais fortes do movimento feminista americano e europeu.

Figura 2: Cena de Malu Mulher



Fonte: Observatório da televisão

De acordo com Almeida (2012, p.126), Malu Mulher ganha destaque nesse cenário pois sua crítica incide em vilões que representam “o machismo, os preconceitos (de toda ordem, contra negros, homossexuais, desquitadas), a hipocrisia, o casamento tradicional, a opressão e a violência (não apenas dos homens contra mulheres, mas também a violência urbana e até mesmo a violência da polícia)”. Cabe destacar, no entanto, que ainda que Malu Mulher abordasse temáticas que faziam parte da agenda feminista do período, as pautas representavam os interesses de uma classe média, branca e elitizada culturalmente, que necessitava, de alguma forma, dialogar com a censura para que a série fosse exibida. Ou seja, mesmo que o discurso seja, por vezes, declaradamente feminista, ele é expresso através de uma personagem com um modelo de comportamento tradicional, típico das já conhecidas “boas-moças” das telenovelas. Isto é, a série age no limite da pressão entre o contexto ditatorial e os “novos modos de ser mulher” apresentados na década de 1970.

Uma nova fase do movimento feminista no Brasil se inaugura a partir dos anos 1980, com a redemocratização. De acordo com Sarmiento (2017) a luta, nesse período, ganha novos contornos, sendo marcada por sua institucionalização e aproximação com o Estado, a partir da criação de conselhos de mulheres e organizações não governamentais (ONGs). Torna-se, assim, um movimento difuso. Entram em pauta, nesse período, aquelas temáticas que já eram debatidas fora do Brasil, como questões individuais, da sexualidade, do prazer, do corpo e, principalmente, da saúde, envolvendo planejamento familiar, sexualidade, aborto e da violência com a criação de políticas públicas e delegacias da mulher. Nesse período se dá também a abertura para as mulheres na política, trazendo novas formas de enfrentar e abordar o espaço público. Foi a organização e força feminista que, durante os trabalhos constituintes, conseguiu com

que fossem incorporadas demandas das mulheres no texto da Constituição de 1988. Entre os aspectos que integraram o texto por força das mulheres está a igualdade, licenças maternidade e paternidade, proibição da diferença salarial entre homens e mulheres, direitos iguais na sociedade conjugal, entre outros. Por outro lado, um ponto vetado já na época – e ainda hoje em discussão – foi a descriminalização do aborto.

Esse período, conforme Zirbel (2007) ainda foi marcado pelo crescimento de movimentos populares e sociais (mulheres, negros, étnicos, indígenas, homossexuais, pequenos agricultores, sem-terra, deficientes físicos, ecologistas), que trouxeram à pauta temas que até então não haviam tido relevância no cenário político. Desse modo, as ideias ligadas ao feminismo saíram da esfera privada e ganharam o espaço público através de clubes de mães, postos de saúde, associações, sindicatos, partidos políticos, centros acadêmicos, teatros, jornais, igrejas, universidades e centros de pesquisa, gerando tensões, rupturas e mudanças. No entanto, entre os setores mais conservadores da sociedade, as pautas encontraram forte rejeição, perceptível na forma como a mídia do período criou estereótipos em torno da figura feminista.

No entanto, não era mais possível não trazer as pautas feministas à tona, que começavam a ganhar força em programas matutinos, como TV Mulher, que debatia sobre os direitos da mulher, escolaridade, trabalho e sexualidade. Nas telenovelas, podemos destacar *Tieta*, exibida entre 1989 e 1990 (Figura 3). A produção conta a história de *Tieta* que, quando jovem, foi expulsa de sua cidade natal, no interior do nordeste, pelo pai que considerava seu comportamento inaceitável para os padrões locais - a jovem havia perdido a virgindade com um mascate, nas dunas da cidade. Ela se muda para São Paulo para fugir do conservadorismo de Santana do Agreste. Lá se torna dona de uma rede de casa de massagens. Portanto, *Tieta* “trouxe uma protagonista que fugia aos padrões de ‘mulher do lar’ no que tange ao papel clássico feminino de manutenção do cotidiano doméstico” (SANTOS; ALVES, 2015, p.13). Ademais, outras temáticas como estão abuso sexual, adultério, concubinato, prostituição e alcoolismo são abordadas - antecipando temáticas que só terão visibilidade na agenda feminista brasileira na década seguinte.

Figura 3: Tieta



Fonte: Observatório da televisão

Ao fim dos anos 1980 o que se percebeu, conforme afirma Pinto (2003), é que o feminismo, enquanto movimento, não teve um grande aumento no número de militantes ou força para debater suas temáticas na esfera pública e nas agendas políticas, no entanto, ganhou força nas questões de saúde e violência contra a mulher, de forma ampla na sociedade. Assim, nesse contexto, os anos 1990 carregarão de modo ainda mais forte a ideia de um feminismo difuso. Isto é, muitas das suas ideias começam a se espalhar de forma mais ampla pela sociedade, mesmo que, muitas vezes, não identificadas como uma proposta feminista. Tem como característica a não existência de militantes ou organizações, sendo defendido por homens e mulheres que muitas vezes não se dizem feministas de fato, mas defendem a igualdade e, conforme Pinto (2003, p.93), “é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quando silencia o contador da anedota sexista como quando o programa de um candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de proteção aos direitos da mulher”. Desse modo, o que se percebe a partir da década de 1990 é uma mudança de postura, uma diminuição ou, ao menos, uma vigilância para atos machistas, racistas, homofóbicos, uma institucionalização dos direitos da mulher, com a possibilidade de realizar denúncias e novas formas de proteção. Uma das grandes temáticas que ganha força nesse período é o assédio sexual, que passa a ser considerado um crime, incluído no código penal brasileiro.

Uma produção desta década é a série *Mulher*, exibida em 1998, a qual se centrava no cotidiano de duas médicas, Martha e Cristina, que trabalhavam em uma clínica especializada no atendimento às mulheres. Nos episódios da trama, são discutidas temáticas consideradas polêmicas como o aborto, gravidez na adolescência, frigidez, adultério, violência contra a mulher e câncer de mama. Assim, a série

“incorpora alguns tópicos do debate feminista sobre a saúde, acerca da extensão do exercício dos direitos reprodutivos como condição de cidadania” (NATANSOHN, 2000, p.59). No entanto, ao mesmo tempo em que mostram personagens independentes e que lutam pelo seu espaço na sociedade, essas médicas, muitas vezes, abdicam da vida pessoal em prol da profissional. Desta maneira, há a clássica estereotipização de que mulheres não podem ter sucesso no trabalho e na intimidade; precisam escolher um deles.

Figura 4: Personagens Martha e Cristina na série Mulher



Fonte: Observatório da televisão

A década de 2000 traz novos rumos para o feminismo. De acordo com Sarmento (2017), ao mesmo tempo em que as pautas feministas, principalmente aquelas referentes à violência de gênero, ganham força no Estado, surgem outras formas de ativismo, a exemplo dos eventos transnacionais (Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Vadias), e de formas de atuação facilitadas pelas novas tecnologias, principalmente a internet, que facilita as organizações em rede. Além disso, mesmo que a participação da mulher na política ocupando cargos eletivos ainda seja baixa, é importante ressaltar uma crescente presença de mulheres na defesa de seus interesses através de formas alternativas de participação, através de ONGs, Conselhos, Secretarias e Coletivos. Para Pinto (2003), isso se explica, pois muitas das mulheres que militavam ativamente nas décadas de 1970 e 1980 tornaram-se profissionais de diferentes carreiras (advogadas, médicas, psicólogas, assistentes sociais...) fundaram ONGs e através de suas profissões seguiram exercendo um trabalho comprometido com as causas feministas. O foco das reivindicações está no empoderamento da mulher através da garantia dos direitos civis, educação, saúde, sexualidade, trabalho, geração de renda e combate à violência de

gênero. Fato importante é a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, coibindo a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Três anos antes, em 2003, a telenovela *Mulheres Apaixonadas*, trazia entre suas temáticas a violência urbana, sexualidade, lesbianismo e saúde da mulher. Deu ênfase, ainda, à violência de gênero sofrida pela professora Raquel (Figura 5). A personagem era agredida pelo marido e não tinha coragem de denunciá-lo. A telenovela cumpriu um importante papel social quando incentivou as mulheres a não se calarem a esse tipo de prática. Ademais, a novela retratou uma relação homossexual entre duas adolescentes, Clara e Rafaela, dando espaço e abertura para que as pautas LGBTQI+⁴ fossem veiculadas e trabalhadas na mídia hegemônica.

Figura 5: Personagem Raquel sofrendo ameaça de seu marido



Fonte: Observatório da televisão

Já na década de 2010, o movimento feminista tem uma importante conquista, a promulgação da Lei nº 13.104/2015, ou Lei do Feminicídio, em 2015, que torna crime, com pena maior, o assassinato de mulheres cometido em razão de seu gênero. Cabe destacar, no entanto, que o número de crimes e feminicídios vêm aumentando no país. No ano de 2017, por exemplo, a cada duas horas uma mulher era morta no Brasil, um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2016. É importante ressaltar ainda que o Brasil é o 5º país em mortes violentas de mulheres no mundo de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), perdendo para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

⁴ A sigla LGBTQI+ significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e o “+” engloba a assexualidade, que é o indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, e a pansexualidade, a qual corresponde aos indivíduos que podem desenvolver atração física, amor ou desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico.

Também no ano de 2015, a telenovela Verdades Secretas exibida pela Rede Globo, trouxe, novamente, discussões relacionadas a sexualidade, estupro, uso de drogas, alcoolismo, entre outros. O enredo traz a história de Arlete, uma jovem de classe média baixa que tem o sonho de ser modelo. Determinada, muda-se de cidade em busca de seu sonho. Porém, após enfrentar diversos problemas ao longo da trama, ao final dela será feliz para sempre ao casar com o primeiro amor. Na mesma telenovela chama ainda mais atenção a história de Larissa, uma jovem que sofreu um estupro coletivo (Figura 6). Entretanto, um ponto que merece destaque aqui são as escolhas da personagem e o modo como isso quase acabou com sua vida. O estupro coletivo foi algo que aconteceu “naturalmente” porque ela se colocou naquela posição - estava na Cracolândia -, quase como um castigo por estar usando drogas.

Figura 6: Larissa após sofrer abuso sexual



Fonte: Observatório da televisão

No entanto, no contexto brasileiro os debates e discussões feministas ainda seguem fortes e necessários, frente a um cenário conturbado com a proliferação do conservadorismo e discursos de ódio. Dessa forma, os debates se estendem cada vez mais para além das mulheres, trazendo temáticas dos variados gêneros, tendo, muitas vezes, que relembrar os direitos constitucionais básicos de igualdade e dignidade. Recentemente, podemos dizer que o movimento feminista novamente ganha fôlego e volta às ruas. Isso pode ser visto como uma forma de resposta ao que vinha acontecendo na década anterior, que promulgava o fim do movimento, declarando que todas as lutas já haviam sido ganhas, acarretando em certa acomodação no contexto social. Entretanto, na prática, não foi o que aconteceu e isso se refletiu em elevados índices de violência, feminicídio, salários ainda mais baixos, pouca representação política – talvez, resida aí,

também, a crescente força do conservadorismo que não enxerga, em movimentos como esse, uma luta necessária. Nas ruas, um dos principais momentos marcantes do feminismo da década foi a manifestação #EleNão, no dia 29 de setembro de 2018, em repúdio ao então candidato a presidente Jair Bolsonaro. O ato se organizou através da internet e se espalhou pelas ruas de centenas de cidades brasileiras e até fora do país, tendo sido considerado a maior manifestação de mulheres na história do Brasil, além de uma das maiores manifestações contra um candidato. As pautas desse momento, estavam para além da defesa dos direitos das mulheres, mas, traziam para o debate, a temática dos direitos humanos e a defesa da democracia, lutando contra o fascismo, o racismo, a ditadura e a favor das diferenças.

Considerações finais

Podemos dizer que no contexto midiático, as telenovelas e séries se apresentam como um dos principais produtos televisivos, já que obtêm expressivos números de audiência, atingem um variado público e são lucrativas para as emissoras. Nesse contexto, o que se percebe ao observar as produções midiáticas à luz da história do feminismo no Brasil é que esses produtos buscam, de alguma forma, construir narrativas que estejam interligadas com a realidade de seus telespectadores e através dos personagens e suas histórias pretendem conferir uma identificação com o público assistente que, por meio desse processo, irá trazer a realidade da telenovela para dentro de suas vivências.

Entretanto, retomando as construções de gênero nas representações televisivas das pautas femininas, observamos que estas ainda se encontram presas a inúmeros estereótipos. As mulheres, na grande maioria das vezes são mostradas como mães, amantes, donas de casa, fúteis, entre outros, e representações que fogem a esse padrão causam estranhamento. Profissões que saem da lógica comum, sexualidade mais presente ou o rompimento com os padrões imaginados, ainda são vistos como problemas ou tabus.

O que se altera nessa representação, entretanto, é a forma como são abordadas, de acordo com o contexto e o meio social de cada período. É esse ambiente que faz com que sejam aceitas ou não, pouco ou mais discutidas, problematizadas e que cumpram algum papel social para o público assistente. É oportuno observar ainda, que as pautas

normalmente aparecem como temáticas sociais e que carregam por traz um grande histórico de lutas e enfrentamento das mulheres, atreladas a um par romântico.

Referências

ALMEIDA, Heloísa Buarque. **Gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.27, 126-231, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRUNSDON, Charlotte. **Screen taste: soap opera to satellite dishes**. London and New York: Routledge, 1997.

COSTA, Ana Alice. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Revista Labrys, n.5, 9-35, 2005.

CUNHA BUENO, Mariana Guimarães Rocha da. **Feminismo e direito penal**. São Paulo: USP, 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Stuart Hall e feminismo: revisitando relações**. Revista Matrizes, n.10, 2016.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, n.29, 433-447, 2014.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana. **Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro**. Cadernos Pagu, n.36, 2011.

NATANSOHN, Graciela. **Medicina, gênero e mídia: o programa "Mulher" da TV Globo**. Estudos Feministas, n.8, 2000.

PEDRO, Maria Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, n.24, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS; Alves. **Tieta: gênero e comportamento na história da telenovela brasileira**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. **Representação do feminino em uma escritura desautorizada: Celeste, de Maria Benedita Câmara Bormann e o Perdão, de Andradina América Andrade de Oliveira**. Porto Alegre, 2007.

SARMENTO, Raysa. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921-2016)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e realidade, n.20, 71-99, 1995.

STACEY, Judith. **Sexism by a subtler name:** postindustrial conditions and postfeminist consciousness in Silicon Valley. In: HELLY, Dorothy, and REVERBY, Susan (ed.). Gendered Domains: Rethinking Public and Private in Women's History. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.